

TRABALHADORAS RURAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS NEOLIBERAIS: demandas e desafios a pratica profissional

Silvane Magali Vale Nascimento

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

TRABALHADORAS RURAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS NEOLIBERAIS: demandas e desafios à pratica profissional.

Resumo: Este artigo traz reflexões sobre o redimensionamento da questão agrária nos dias atuais; mostra que a exploração-dominação das mulheres como fenômeno anterior ao capitalismo, no entanto, incorporado à dinâmica de acumulação do capital, configura-se em expressão da questão social, cujas demandas à pratica do assistente social apresentam rupturas e continuidades.

Palavras-chave: Trabalhadoras rurais, políticas públicas, Serviço Social, questão social, Estado.

FEMALE FARM WORKERS, PUBLIC POLICIES AND SOCIAL WORK IN NEOLIBERAL TIMES: demands and challenges towards professional practice.

Abstract: This article enhances reflections about the resizing of rural issues nowadays and about the exploitation-domination of women as a phenomenon prior to capitalism, however, incorporated to the dynamics of capital accumulation, being set as an expression of social issues, what influences the demands of social worker practice present ruptures and continuities.

Keywords: Female farm workers, public policies, Social Work, social issues, State.

Recebido em: 05.04.2010. Aprovado em:20.04.2010.

R. Pol. Públ. São Luís, v.15, n.1, p. 109-119, jan./jun. 2011

1 INTRODUÇÃO

A concentração de terras no Brasil continua sendo uma questão de grande importância no século XXI, haja vista a realidade indicada pelos dados disponíveis no atlas da estrutura fundiária elaborado pela UNESP sobre a evolução da estrutura fundiária no país no período entre 1992 a 2003, na qual o grupo de pequenos imóveis foi responsável pelo acréscimo de 93% do total de imóveis criados no Brasil e 33,7% da área total incorporada à estrutura fundiária brasileira, enquanto os imóveis médios e grandes compreendem 7,0% dos imóveis criados e 66,4% da área total. Os pequenos e médios imóveis não apresentaram taxas desproporcionais em relação ao número de imóveis e tamanho de área, o mesmo não ocorrendo com os imóveis com mais de 100 hectares, os quais tiveram a taxa de crescimento do número de imóveis, maior que a taxa de crescimento do tamanho das áreas o que, conforme a fonte mencionada, ainda não configura a desconcentração fundiária necessária diante da demanda de terras conforme o índice de gini.

Conforme Prado Júnior (2000, p. 48), o processo de colonização no Brasil foi, desde o início, um empreendimento mercantil, ao qual, desde então, somam-se as reservas naturais,

vieram os portugueses como empresários e dirigentes, do negócio; incorporaram a ele, na qualidade de trabalhadores, as populações indígenas que foi possível subjugar e domesticar; e supriu-se a insuficiência qualitativa e quantitativa dessa mão-de-obra indígena, com a importação de escravos africanos. Estruturou-se assim a sociedade colonial brasileira e o “negócio” para que se destinava a produção de objetos de comércio demandados pelos mercados europeus, somando-se nessa organização e atividade mercantil, as reservas naturais de um território praticamente inexplorado e virgem, com a força de trabalho de uma população escrava, e a ação empreendedora e dirigente do povoador e colono português.

A industrialização da agricultura consolidada nos anos de 1970 no Brasil tem a sua origem datada de períodos anteriores, quando do projeto nacional desenvolvimentista do governo Vargas que, como ressalta Ianni (2004), apresentou particularidades que a diferem substancialmente da industrialização dos países europeus e dos Estados Unidos, evidenciando o perfil da industrialização nos países do chamado Terceiro Mundo, que demandam grande volume de capital pelo porte de atividades e dos empreendimentos que se desenvolvem. Nesse sentido, a participação econômica das oligarquias

rurais brasileiras fez-se fundamental no repasse de capitais à indústria nascente e, embora não fossem mais a única força política, não perderam poder no novo contexto político e econômico da industrialização. Como ressalta Ianni (2006, p.109), “a revolução burguesa no país nasce marcada com o selo do mundo rural, sendo a classe dos proprietários de terra um de seus protagonistas”.

Ianni (2004) chama a atenção para a necessidade de se entender as contradições dessa relação para além das dualidades apresentadas entre agricultura e indústria. Para o autor, a interpretação das dualidades entre setores dinâmicos e atrasados é irreal, sendo denominada por ele de falsas dualidades. Afirma Ianni (2004, p. 75): “O conceito de dualidade retira a historicidade da história, tomando o objeto presente em sua existência manifesta”.

Para Ianni (Idem), ocorreu uma integração, ao invés de dualidade que deu origem a várias expressões do trabalho no campo que serviram ao processo de acumulação do capital. Nesse conjunto de “novos sujeitos”, sob diferentes denominações, defendemos a idéia de, que não apenas a força de trabalho era utilizada a serviço do capital, como também, a desestruturação de seus modos de vida estava a serviço de uma nova ordem institucionalmente colocada em nível local e internacional, dentro da qual destacamos a desestruturação das famílias de trabalhadores (as) lavradoras enquanto unidades de produção familiar. Tal desestruturação é fruto das práticas migratórias de membros de tais famílias (quase sempre maridos e filhos em idade adulta) e o assalariamento. Contudo, é importante ressaltar que as migrações também podem funcionar como alternativas por parte dessas famílias no sentido de reprodução da unidade de produção agrícola familiar, pois partem alguns membros, mas outros ficam a reproduzir a roça, as atividades agrícolas, atividades agroextrativistas e outras atividades pertinentes à reprodução desse grupo social.

Menezes (2002), em seu trabalho sobre migrantes do estado da Paraíba discorre sobre as várias situações encontradas, nas quais identificou situações em que a reprodução camponesa ocorreu articulada à migração de membros da família (quase sempre dos homens). Nesses casos, têm sempre recaído sobre as mulheres, quase sempre sozinhas, os cuidados direto com a família devido ao afastamento compulsório dos homens da unidade familiar de produção. A autora identificou, também, situações de desaparecimento da unidade familiar de produção, quando os homens não retornam; fato que levou ao deslocamento das mulheres para outras frentes de trabalho, desvinculadas da produção agrícola.

Outro fator determinante das transformações nas unidades de produção familiar determinada pela modernização da agricultura é a introdução de

algum maquinário naquelas unidades, a exemplo de tratores. Esta situação é analisada por autores (as) nas regiões Sul e Sudeste do país, os quais observam que, ocorre a dispensa de produtores agrícolas familiares que trabalham nas grandes propriedades quando da tecnificação e mecanização da produção nestes estabelecimentos, caso que incide mais sobre a mão-de-obra feminina (ROSSINI, 1994; PANZUTTI, 2006) ou pode ocorrer o contrário: aumentar a demanda sazonal da mão-de-obra feminina em atividades intensivas, porém pouco remuneradas e manuais, como no caso de corte da cana-de-açúcar.(PANZUTTI, 2006).

Shanin (2008) propõe o estudo do campesinato na contemporaneidade considerando as suas transformações no tempo e no espaço, a fim de que possamos compreender as suas recriações enquanto categoria. A proposta de Panzutti (2006, p. 29) consiste em

[...] aprender a partir da criatividade e multiplicidades de respostas dos camponeses em situações de crise e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades.

. Esta afirmação torna-se significativa no sentido de percebermos a participação das mulheres na recriação e resistência camponesa de formas diversas, embora o autor não esteja especificamente fazendo esta abordagem.

As transformações no campo tratadas por Shanin (2008), assim como pelos demais autores anteriormente citados, têm como determinação a acumulação capitalista, demonstrando que esse processo não prescindiu da terra, ao contrário, apropriou-se dela transformando-a em mercadoria, assim como da natureza em geral. Se no Brasil a terra e, mais tarde, alguns minerais foram sendo mercantilizados para o capital, hoje, a acumulação avança sobre a natureza pretendendo destituí-la de qualquer autonomia. Aí se encontra também a desqualificação de todo saber que não reponde à lógica de acumulação do capital, em que se inserem as populações indígenas, camponesas e outras. E é com base nesta fundamentação da razão iluminista que a biotecnologia tem avançado sobre o campo, apropriando-se da fauna e da flora, e realizando mais uma vez o cercamento dos recursos naturais em escala planetária. Neste propósito, homens e mulheres são atingidos indistintamente pelo capital, mas de maneiras diferenciadas. A literatura sobre a questão agrária brasileira ainda diz pouco sobre essa questão. Uma vez que o homem tem figurado ao longo dos estudos agrários como o sujeito do processo, interessa-me, pois, refletir sobre algumas questões que considero pertinentes no contexto das últimas duas décadas do século XX e na década

atual no tocante à trabalhadora rural no Brasil, e às possibilidades de políticas públicas que contribuam no seu processo emancipatório.

2 A PERSISTENTE INVISIBILIDADE DA MULHER NA PRODUÇÃO: trabalhadora? ... desde quando?

A história da luta pela terra no Brasil ocultou durante décadas a participação feminina, assim como a participação de negros, de índios e de outros segmentos, buscando transformá-los em agentes passivos à dominação que lhes era imposta. Em relação às mulheres, destaco a invisibilidade dada ao trabalho exercido por elas no espaço privado, o que é reafirmado também no espaço público por ser tal trabalho considerado tarefa natural da mulher, identificado como parte das suas funções biológicas, por assim dizer. Tais considerações fundamentam-se nos papéis determinados socialmente a homens e a mulheres ao longo da história, ainda que mantendo diferenças históricas e espaciais quanto às formas de expressá-los. A relação de dominação e opressão dos homens sobre as mulheres nas diversas sociedades ocidentais deve-se à divisão sexual do trabalho originada na produção de excedente que transformou as relações de trocas existentes: a produção com valor de uso foi destituída de valor, sendo substituída gradativamente pela produção para trocas. Dessa forma, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres, por não produzir valor de troca, passa a ser desconsiderado como trabalho. E o trabalho passa a ser concebido como capacidade viril e/ou inteligente, logo, "atributos não condizentes com as mulheres".

As buscas pela sobrevivência física que condicionavam as sociedades primitivas mantinham as mulheres no trabalho dentro de casa por condições biológicas: gravidez, amamentação etc. Inicialmente essas não foram condições para a dominação masculina. Michel (1982) descreve a participação significativa das mulheres nas sociedades paleolíticas e observa que fatores como a necessidade de garantir novas gerações, aliada ao desconhecimento da participação dos homens no processo reprodutivo, respondem em parte pelos poderes das mulheres naquele período. Foi o excedente e as experiências de propriedades com as sociedades pastoris que tornaram as condições biológicas das mulheres instrumento para a sua dominação e exploração, a necessidade de mais braços para a aquisição de bens transformou as mulheres em procriadoras, dando origem mais tarde ao patriarcado baseado no *pater familias*. O patriarcado é um sistema de relações entre os sexos baseado no poder do homem, inicialmente na família, mas extrapolando-o para a sociedade em geral. Saffioti (2004, p. 119) observa que "[...] patriarcado é um caso específico de relações de gênero". Ele não esteve sempre presente, e nem se manifesta linearmente na história, mas parece ser o

elemento estruturante do machismo e desempenha papel relevante na estrutura econômica, cultural e religiosa das sociedades, sendo recriado de acordo com as condições históricas.

É no capitalismo que as mulheres vão vivenciar o que Saffioti (2004) denomina de valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal. Michel (1982, p. 52) enfatiza que as condições de surgimento do capitalismo possibilitaram que a ideologia que condiciona a mulher ao lar atingisse seu apogeu,

pois todo mundo ganhava ou acreditava ganhar: patrões que criavam uma mão-de-obra de reserva, os pequenos proprietários que tinham mão-de-obra gratuita sob a forma de “ajuda familiar”, os operários que temiam a concorrência.

No capitalismo a divisão sexual do trabalho evidencia-se plenamente como sistema de dominação-exploração das mulheres no âmbito da divisão social do trabalho, expressando-se na classificação trabalho improdutivo e trabalho produtivo. Dessa forma, o trabalho das mulheres coloca-se majoritariamente no primeiro campo, e quando se inserem no segundo, os papéis sexuais são acionados quase sempre para lembrar o “seu lugar e o seu valor”. No caso das trabalhadoras rurais, a unidade de produção familiar como o próprio termo já informa, é um trabalho exercido pela família. A mulher tem participação significativa quer na esfera da produção, quer na esfera da reprodução, não só pela alimentação que prepara para garantir a reprodução da mão de obra, mas, também, pelo *modus vivendi* no território de vivências cotidianas que garantem a reprodução da unidade de produção, a cultura e as sociabilidades ancestrais, bem como o efetivo trabalho nas lavouras, no agroextrativismo e outras atividades. Nesse sentido, indaga-se sobre o porquê da invisibilidade do trabalho feminino nas estatísticas oficiais no tocante à unidade familiar de produção no campo.

Entendemos que a questão central está no conceito de trabalho utilizado na interpretação das atividades desenvolvidas pelas mulheres no espaço privado. A conceituação sobre tais atividades toma por referência o que é produtivo e improdutivo nas sociedades capitalistas. Marx (1998), ao analisar tais sociedades, apreende o trabalho como expressão de mercadoria cuja existência materializa-se em duplo valor: de uso e de troca. O produto do trabalho quer seja para uso ou para troca, contém dispêndio de energia humana, mas nem por isso ambos são considerados como trabalhos produtivos da mesma espécie, uma vez que conta para o capital não somente a grandeza da utilidade do objeto produzido, mas o tempo contido na produção do objeto, isto significa dizer que, no primeiro caso, trata-se do trabalho produtivo simples, compreendido como a

ação do homem sobre a natureza produzindo aquilo que se consome no atendimento às necessidades humanas ou, que não produz lucro ainda que seja mercantilizado. E, no segundo caso, trata-se do trabalho que se amplia ao ser capaz de produzir mais-valia, ou seja, produz mercadorias cujo valor é superior aos custos dos investimentos para produzi-las, incluindo aí o capital investido na mão-de-obra; logo, tais mercadorias são geradoras de lucro no processo de circulação.

O trabalho realizado na unidade de produção familiar agrícola à luz da interpretação marxiana é trabalho produtivo simples, uma vez que a mercadoria que vai ao mercado não tem por objetivo, o lucro. Conforme Chayanov (1976, p. 230), a preocupação em relação à unidade de produção camponesa é com a satisfação das necessidades da família, a partir de uma racionalidade que busca equilibrar produção e consumo, considerando a quantidade de força disponível, o desgaste físico e a satisfação das necessidades.

Sabemos, en efecto, que la actividad económica y la cantidad de fuerza de trabajo empleada en la unidad económica campesina no están determinadas tanto por la cantidad de capital del propietario como por el tamaño de la familia y el equilibrio logrado entre la satisfacción de sus necesidades y las fatigas del trabajo. Si bien es cierto que la disponibilidad de un monto particular de capital, al cambiar las condiciones del uso de la fuerza de trabajo ejerce gran influencia en el logro de este equilibrio, lo hace como una de las condiciones, de modo indirecto, y no como el factor principal. (CHAYANOV, 1976, p. 230).

Para Chayanov, (1976, p. 56), não só a atividade agrícola responde pelos benefícios proporcionados à família camponesa: “por volumen de actividad económica entendemos ...todas las formas de actividad económica de la familia, tanto en la agricultura como em la totalidad de las actividades artesanales y comerciales”.

Afirmava Chayanov (1976, p.210), que, nestas atividades encontrava-se inserida a mão-de-obra masculina, inclusive a de jovens, pois “En general, la mujer trabaja más que el hombre pero su trabajo no es tan duro”.

Paulilo (1987) considera a idéia de trabalho leve como uma das sustentações na desvalorização do trabalho feminino. A análise chayanoviana, em que pese a contribuição ao estudo da economia camponesa, não se diferencia das demais, no tratamento dado ao trabalho realizado pelas mulheres na unidade de produção, já que as mantém no papel secundário como trabalhadoras, desarticulando o trabalho doméstico no seu suporte às atividades da agricultura. A questão parece residir na compreensão de trabalho na perspectiva marxiana na qual, “o

trabalho é um processo do qual participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza". (MARX, 1998, p. 211).

Este conceito de trabalho que segue orientando majoritariamente as interpretações e significados sobre trabalho apresentam-no como ato racional, planejado, administrativo, criativo e controlador, exercido sempre no espaço externo ao ambiente doméstico, haja vista ter como pressuposto a ação sobre a natureza. Tais características fogem às atribuições socialmente construídas para o sexo feminino; dessa forma, o trabalho das mulheres nas atividades do roçado é considerado como eventual ajuda, ainda que ocorra conjuntamente e permanentemente com os homens da família. É comum considerar o trabalho doméstico de cozinhar, cuidar de criações, acondicionar sementes, carregar água etc. como serviços domésticos e não como trabalhos propriamente ditos. Isso permite afirmar que nas usuais interpretações da agricultura familiar, o valor de troca tem determinado fundamentalmente as configurações e o sentido do trabalho feminino.

Kergoat (1986) chama a atenção para a apreensão e análise das relações de produção e reprodução no conjunto das práticas sociais de forma não dicotômica, como tem sido realizada; isso ajudaria a compreender o que a autora denomina de vasos comunicantes entre essas duas esferas que organizam a totalidade das relações sociais.

Nessa linha de argumentação, Hirata (2002) observa que a divisão sexual do trabalho, tal como a conhecemos nas sociedades capitalistas, surgiu simultaneamente ao capitalismo e que o trabalho doméstico foi fundamental para o estabelecimento do trabalho assalariado. Ressalta ainda, que das origens do capitalismo às modalidades atuais de divisão do trabalho entre os sexos, tais mudanças ocorreram concomitantes às relações de produção.

Shiva (1991) atribui essa concepção do trabalho feminino como decorrente do projeto de colonização européia, que se pretendeu universal. Esse era calcado na superioridade entre os povos e com a marca predominante do patriarcado. A incessante busca da riqueza da produtividade no capitalismo industrial consolidou a desigualdade entre o trabalho de homens e mulheres tendo fundamento, o conceito de trabalho produtivo e improdutivo.

Com Adam Smith, La riqueza creada por La naturaleza y el esfuerzo de La mujer se volvió invisible. El trabajo, especialmente el trabajo masculino, se convirtió en La fuente de dinero que originalmente cubre todas las necesidades y proporciona todas las comodidades de La vida. (SHIVA, 1991, p.67).

Dessa forma, no Brasil, o trabalho com as criações de fundo de quintal que servem para alimentar a família e muitas vezes para gerar renda, assim como a coleta, a extração e o processamento de produtos extrativistas e outras atividades, não são consideradas efetivamente trabalho nem por parte da família camponesa, nem pelo Estado. No caso do Brasil, a maioria dos dados estatísticos sobre a produção no campo não registra a presença feminina em atividades que estão majoritariamente sob a sua responsabilidade. Simonian (2001), ao analisar a participação do trabalho das mulheres nos castanhais do Sul do Amapá, chama a atenção para a invisibilidade desse trabalho na formulação de políticas de desenvolvimento para aquela região e soma as suas preocupações à de outros (as) pesquisadores (as). Observa a autora,

o que se tem proposto nestes trabalhos é não só visibilizar a presença das mulheres no setor produtivo, mas também destacar o quanto é essencial a sua participação para a sustentabilidade dos recursos naturais e a reprodução sócio-cultural de suas sociedades (SIMONIAN, 2001, p.114).

As condições de vida das trabalhadoras rurais no Brasil têm sido agravadas nas últimas décadas, precisamente a partir dos anos de 1970, com a chamada política de modernização do campo, em que se intensificam de forma gradativa e diversa os deslocamentos do capital iniciados entre 1950 e 1960 com a ocupação da fronteira agrícola e, posteriormente, na captura de espaços prósperos às indústrias, agroindústrias e projetos minero-metalúrgicos, dando origem às "ilhas de prosperidade", de acordo com Carlos Américo Pacheco (apud ARAÚJO, 2000, p 117). Este fenômeno tem impactado a vida das trabalhadoras rurais em várias regiões, quer através do processo de assalariamento feminino nas indústrias e/ou agroindústrias instaladas nessas regiões com fortes marcas de exploração, quer através da expropriação realizada por muitos desses empreendimentos, sobretudo quando se trata de projetos de minerais, energéticos e, mais recentemente, do agronegócio.

Nas áreas onde esses projetos se instalam, tem sido acentuada a pobreza entre homens e mulheres, contudo, é sobre estas que tem ocorrido o que se pode denominar de dupla opressão: primeiro referente à exploração, expropriação e desestruturação que recai sobre a agricultura familiar, segundo porque sobre as mulheres muitas vezes incide o ônus no cuidado com a família em decorrência da migração compulsória dos homens que a compõem. Essas mulheres vivenciam o fenômeno contemporâneo denominado de feminização da pobreza (a pobreza mais acentuada do que em épocas anteriores), compreendida neste trabalho não somente pela ausência de recursos monetários e materiais, mas

também pela expropriação das riquezas naturais que organizam as vivências físicas, materiais e culturais das populações locais, incluindo, em muitos casos, a expulsão dessas pessoas do próprio território, o qual mais do que um espaço físico, constitui um acervo de vida. É importante ressaltar que as mulheres realizam cotidianamente a relação com a natureza, o que não implica aqui a defesa de uma relação simbiótica mulher-natureza, mas sim da constatação de uma relação que decorre das atribuições desenvolvidas por elas na unidade de produção familiar.

Simonian (2001), em seu trabalho *Mulheres da Floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*, identifica e analisa a relação intrínseca entre essas duas dimensões para as mais diversas mulheres: quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, seringueiras, castanheiras, posseiras, indígenas e outras, destacando que a preocupação dessas mulheres com a geração de renda e a agregação de valor à sua produção não está descolada da manutenção das riquezas naturais e cultura local, menos ainda, pauta-se em um pretensol isolamento com os espaços macro sociais e econômicos, ou em um heroísmo feminino prescindindo da participação dos homens.

Nascimento (2009, p. 37) expõe que, nas áreas de soja na região Leste do Maranhão, é recorrente o discurso pronunciado pelas trabalhadoras rurais em protesto à destruição dos recursos naturais, em especial em relação às florestas de pequi, bacuri e outras que formam o bioma do cerrado: Diz uma trabalhadora: “elas (as florestas) estão ali junto com a gente desde crianças, ou até antes disso. Quando vejo as árvores no chão tenho vontade de chorar...”. A autora destaca o uso abusivo de agrotóxicos, somado ao desmatamento como perdas significativas para essas mulheres, por destruírem

plantas e florestas nativas de onde retiram alimentos, comercializam as frutas e produzem remédios caseiros, confeccionam utensílios caseiros e produzem a alimentação dos bichos (criação). (NASCIMENTO, 2009, p.38).

Por essa razão, Nascimento propõe o uso do conceito de sistema de produção indicado por Pacheco (1997) como fundamental no debate crítico sobre o modelo dominante de desenvolvimento, já que o sistema de produção na concepção dessa autora toma a totalidade do sistema produtivo: as atividades e os sujeitos que as realizam em sua integração e complementaridade; diferente, portanto, da perspectiva chayanoviana de “maior ou menor” carga de trabalho.

A preocupação aqui manifestada é com as condições de vida das trabalhadoras rurais no contexto do desenvolvimento capitalista, os encontros e desencontros com as políticas públicas de desenvolvimento rural e os projetos de desenvolvimento. Oliveira (2004) nos chama a

atenção para o estreito limite entre a modernidade e a barbárie advindas das transformações no campo com o desenvolvimento do agronegócio. Na lógica do desenvolvimento capitalista, são atrasados aqueles (as) cuja economia ainda se mantém (embora não exclusivamente) sob princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade, e com o mínimo de autonomia frente ao mercado, pois o capitalismo há que pôr todos sob o controle do mercado. E, como destaca Polanyi (2000, p. 97), “progresso é feito à custa da desarticulação social”; logo, a questão não é o mercado, mas que tipo de mercado. Polanyi descreve várias espécies de economia nas sociedades antigas, quando algumas já contavam com a existência do mercado, mas suas funções eram determinadas pelas relações sociais; porém, a partir do fim do século XVIII, a regra se inverte, e a sociedade torna-se subordinada ao mercado. Ocorre um reordenamento das relações sociais, sendo as esferas privadas e públicas disciplinadas pela lógica de mercado.

Assim, no contexto do neoliberalismo no qual o mercado assume preponderância diante da sociedade, as mulheres são atingidas mundialmente, de uma vez que tanto na produção, quanto na circulação, distribuição e consumo, as mulheres são subestimadas na sua capacidade (uma vez que como demonstra Marx, esses processos são parte de um todo). As discrepâncias salariais, os subempregos e a sua não incorporação em políticas de maior projeção, são fatos que comprovam essa afirmação. E aqui destaco as trabalhadoras rurais, que no Brasil e em outros países são atingidas pela redução dos serviços sociais e demais políticas antes efetivadas (ainda que com precariedades) pelo Estado de Bem-Estar Social. O controle sobre as terras, as águas e as sementes realizado pelas empresas nacionais e multinacionais, a intensificação de fertilizantes, as experiências dos melhoramentos genéticos nas plantas, a lei de patentes e outras práticas sob o comando do mercado impactam o cotidiano dessas mulheres causando insegurança alimentar, doenças extensivas à família a quem lhes cabe quase sempre os cuidados, dentre outros problemas.

A falta de trabalho e emprego no campo tem intensificado o fenômeno da chefia familiar pela mulher com a migração compulsória dos maridos para outras frentes de trabalho por falta de terra para plantar. Por outro lado, contam cada vez menos com políticas públicas governamentais que sequer minimamente, respondam às suas necessidades e as insiram de forma participativa nas decisões sobre o desenvolvimento no campo, apesar dos instrumentos legais e das formulações existentes em termos de planos, programas e projetos governamentais que anunciam tais propósitos.

Mas é preciso levar em conta que o neoliberalismo não tem deixado à margem a participação do Estado nos empreendimentos implantados no campo. Inúmeros trabalhos analisam

essa participação, a exemplo de Souza Filho (1995) sobre a monocultura de soja realizada no Sul do Maranhão que destaca a participação do governo federal no incentivo a esse cultivo, e Carneiro (2008), que se refere à participação da Companhia Vale do Rio Doce na produção de soja no estado do Maranhão no início dos anos de 1990, disponibilizando terras e infraestrutura para tal empreendimento.

Para compreender essa lógica, caberia interpretar a intervenção do Estado brasileiro a partir da convivência das duas lógicas da estrutura político-administrativa indicadas por Seibel (apud OLIVEIRA, 2003): uma estrutura político-administrativa tecnocrática que organiza as relações entre os segmentos sociais voltados ao mercado e uma estrutura político-administrativa tradicional/patrimonial responsável pela organização daqueles excluídos desse espaço econômico capitalista.

3 TRABALHADORAS RURAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL: reflexões em torno das rupturas e continuidades na intervenção profissional frente às novas demandas

Diante do exposto parece correto afirmar que as trabalhadoras rurais encontram-se inseridas na segunda modalidade da estrutura citada. Excluída ou incluída marginalmente no mercado? Qual a efetiva condição das trabalhadoras rurais no Brasil e quais as demandas colocadas ao Serviço Social, diante de tais condições?

Entendo que as duas questões centrais esboçadas neste trabalho - a questão agrária e a dominação-exploração sobre as mulheres, no caso específico, as trabalhadoras rurais devam ser interpretadas como expressões da questão social, entendendo ser esta determinada pela relação capital-trabalho, conforme, alguns autores (as), (IAMAMOTO, 2001; PAULO NETO, 2001; PASTORINI, 2004). Iamamoto insere as relações de gênero como parte constitutiva da questão social.

Conforme Iamamoto (2001, p. 17),

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado.

Ressalta Iamamoto (2001, p.17),

A questão social expressa, portanto disparidades, econômicas, políticas e culturais das classes sociais, **mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais**(grifos da autora), colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e poder estatal.

Com base no exposto, as relações de gênero são consideradas aqui como relações institucionalizadas pelo Estado capitalista e pelas instituições sociais em geral. O Estado no capitalismo as normatiza em cada momento e contexto histórico. Mas as relações de gênero antecedem o patriarcado e este antecede o capitalismo. Logo, as relações de gênero (aqui referentes à relação homem-mulher, embora o conceito seja mais amplo) não foram sempre relações de dominação, conforme já mencionamos nesse trabalho. Compartilhamos da idéia de que a propriedade foi moldando as desigualdades entre os indivíduos, sobretudo, entre homens e mulheres.

O patriarcado, enquanto ideologia que expressa a dominação masculina, extrapola a esfera privada e se instala no Estado e nas instituições sociais desde a antiguidade. Mas é no capitalismo que o patriarcado atinge o seu apogeu, subordinando as mulheres de formas diferenciadas pela sua condição de classe, como esclarece Michel em relação às mulheres da alta burguesia e das classes médias no Ocidente no início do capitalismo, quando o casamento funcionava como uma espécie de investimento: "O contrato de casamento que permitia, graças ao dote da esposa, aumentar o capital inicial do burguês". Sombart (apud MICHEL, 1982, p. 40) afirma: "Os novos capitalistas investem seu dinheiro nas mulheres, tal como investiam em terras". Em relação às mulheres pobres, a concorrência com os homens pobres será uma característica do capitalismo nos primórdios da indústria, o que se acentua no século XIX, quando a ideologia da mulher no lar consolida-se, com base em uma visão de ganhos dos patrões (com a reserva de mão-de-obra feminina), dos pequenos proprietários (com mão-de-obra gratuita do trabalho doméstico) e dos operários (eliminavam a concorrência feminina no trabalho), como expõe Michel (1982).

Mas, considerando a processualidade de que tratam Iamamoto (2001) e Paulo Neto (2001), o processo de acumulação ao se redimensionar apresenta novos efeitos dessa acumulação, assim como reorienta outros já existentes. Então, as relações de gênero e o patriarcado são reafirmados como expressões da questão social ontem e hoje.

Tendo presente que "o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho" (IAMAMOTO, 2007, p. 163), e que interfere nas variadas expressões das desigualdades daí decorrentes, compreendo que a questão da dominação-exploração sobre as mulheres constitui-se em um campo profícuo de intervenção do (a) assistente social. Mas se faz necessária a interpretação crítica da realidade, a fim de identificar as reorientações na acumulação do capital na contemporaneidade, no contexto neoliberal, cujo significado sobre as políticas públicas e sobre as políticas sociais, em particular, é fundamental. Daí destacam-se: a redução, a focalização e o deslocamento na sua implementação para fora do Estado, com impactos para trabalhadores (as).

Em vários municípios ocorre a inserção crescente de assistentes sociais em ONGs, entidades confessionais, cooperativas técnicas de prestação de serviços e outros espaços similares para executarem e avaliarem tais políticas, planejem estratégias de captação de recursos que subsidiem as ações e elaboração de projetos no rol de políticas públicas. Esses são espaços privilegiados para intervir na orientação de políticas públicas que efetivem as respostas às demandas da população. O Serviço Social pode nesse contexto, contribuir para que a população, no caso em questão, as mulheres trabalhadoras rurais possam problematizar as desigualdades que vivenciam materializadas em situações de exploração e opressão nos espaços público e privado. Para tanto, se faz necessário que os (as) assistentes sociais tenham capacidade para apreender e interpretar as mediações que configuram a realidade na qual se inserem, buscando o entendimento das contradições que engendram as relações sociais nas quais se realizam a prática profissional.

Isso exige a compreensão das contradições que perpassam o Estado, assim como a sua função em última instância no capitalismo. Entender que a pretendida descentralização das ações do Estado, menos do que efetivar a participação da sociedade civil nas decisões e controle da esfera pública, pode realizar a precariedade, seletividade, focalização e fragmentação das políticas públicas, o que conduz organizações da sociedade civil a transformarem-se em “parceiras incondicionais” na implementação dessas políticas; sendo os (as) assistentes sociais, constantemente demandados (as) para a organização e engajamento participativo dos usuários focais através de comitês, conselhos e outros espaços ditos democráticos com vistas à intervenção em tais políticas.

Não desconsidero aqui as lutas sociais para a conquista de tais espaços e potencialidades que os mesmos podem apresentar no processo de enfrentamento das desigualdades sociais e até mesmo, na participação de lutas de espectro mais amplo, contudo, não há como não ter em consideração a apropriação que o Estado tem feito dos mesmos para o exercício de relações neopatrimonialistas. (SCHWARTZMAN apud OLIVEIRA, 2003). O termo reatualiza a expressão utilizada por Holanda (1995) para explicar a existência de dominação política por um estrato social, sem propriedades e que não tem honra social por mérito próprio, mas que compõe a burocracia estatal e a classe política.

Compartilho da reflexão de MONTAÑO (1997) na atenção para o significado e peso dessas transformações no campo político no sentido da busca pela minimização dos conflitos nas sociedades capitalistas e no campo econômico com a redução das ações do Estado voltadas às políticas sociais, através das quais são criadas formas aparentemente consensuais entre Estado e sociedade civil na busca

da execução das políticas.

Aqui vale ressaltar a identificação das propostas pedagógicas que embasam as práticas do (a) assistente social em meio às transformações em curso. Abreu (2002) apresenta um arcabouço teórico valoroso para identificar e interpretar os perfis pedagógicos da prática profissional do (a) assistente social, afirmando que na perspectiva dos interesses do capital, na consolidação do projeto neoliberal, o perfil pedagógico do (a) assistente social relaciona-se à despolitização da questão social, recorrendo a aportes ideológicos que mascaram a realidade, destituindo-a das contradições, dos conflitos, dos interesses de classe, conformando, por conseguinte, laços cooperativos e solidários entre as classes, recorrendo para tal aos discursos, lutas e métodos das classes subalternas, dificultando a percepção das diferenças.

A prática profissional do (a) assistente social junto às trabalhadoras rurais tem se constituído em um campo que se amplia em termos de demandas à inserção desse profissional, dadas as conquistas recentes (fruto de mobilizações e lutas dessas mulheres em nível nacional e internacional) entre as quais citamos algumas de muita significância no Brasil: O II Plano Nacional de Reforma Agrária-II PNRA (2003, p. 26) que apresenta como um dos desafios, “enfrentar o padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais, enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural”. Em 2004 e em 2008, respectivamente, são lançados, o I e o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres- I e II PNPM, produtos das Conferências Nacionais, antecedidas por conferências municipais e regionais nos estados. Em ambos os planos, constam, em vários de seus capítulos, sobretudo no II PNPM, políticas voltadas para as trabalhadoras rurais em sua diversidade de representações: quilombolas, extrativistas, indígenas, seringueiras, castanheiras etc. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Em alguns estados foram criadas Secretarias de Políticas para Mulheres, em outros foram criadas coordenadorias, o que também se deu em vários municípios. Estes instrumentos legais e administrativos resultam de acordos e pactuações entre Estado e sociedade civil (organização de mulheres) em conferências internacionais nas últimas décadas do século XX.

No tocante às políticas executadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA existem inúmeros programas e projetos lançados para as trabalhadoras rurais, propondo interface com outros ministérios atendendo à transversalidade de gênero, hoje exigida nas políticas públicas.

Nesse conjunto, existem lutas, conquistas, imposições e negociações. A oferta de políticas, programas e projetos ou, ainda, os instrumentos de normatização e gestão das políticas, a priori não indicam a sua efetivação na construção de uma sociedade emancipatória. Às vezes. O Serviço Social

tem atuado nessas políticas em total desconexão com os processos societários que ocorrem naqueles entes federativos. As políticas tornam-se um fim em si mesmo, sem articulação entre si, e menos ainda com as demais dimensões da vida social. Em relação às políticas para mulheres, um exemplo dentre tantos, está na desconexão entre políticas agrícolas para fomentar alimentação e renda e a implementação do programa bolsa-família. Se não ocorre a integração entre programas desse tipo, menos ainda, é avaliada a sua efetividade, impactos e pertinência em contextos de agudização da internacionalização do capital, a exemplo das áreas onde se instalam os denominados grandes projetos. Em relação aos chamados projetos empreendedores, é também instigante a sua apropriação pelo Serviço Social na contemporaneidade, como uma das demandas (ou seria “oferta”?) às mulheres, sem, contudo, realizar-se a interpretação das legitimações de tais práticas para a privatização dos serviços mais estruturantes, bem como a reafirmação da lógica produtivista, individualista e mercadológica do neoliberalismo. E por fim, a não observância do “empreendedorismo de pobres” voltado às trabalhadoras rurais, sem quase ou nenhuma lógica de auferir renda, trabalho e, portanto, ter sustentabilidade em todos os aspectos. As exceções de alguns empreendimentos têm funcionado como vitrine ou paradigma da era empreendedora, sem que avancemos no interior da categoria no debate sobre mercados no mundo contemporâneo.

Levando isto em consideração, penso que o desafio à prática interventiva do (a) assistente social deverá estar para além do imediatamente dado, no sentido de apreender o movimento do real, as suas contradições, as particularidades e singularidades da realidade onde se insere, e da conexão desta com as relações macro que se ligam ao particular. Perceber o espaço agrário em suas macro e micro dimensões e a exploração-dominação sobre as mulheres na perspectiva de totalidade, implica o desafio na interpretação da relação entre classe e gênero como componentes que estruturam as relações sociais no capitalismo, tanto na esfera privada, quanto na esfera pública, e suas condições: limites e potencialidade de sujeitos coletivos que são as trabalhadoras rurais nesse conjunto.

4 CONCLUSÃO

As relações de gênero sempre permearam a prática profissional de assistentes sociais, uma vez que tais relações configuram papéis construídos socialmente no contexto das formações históricas. A dominação-exploração sobre as mulheres varia com o contexto histórico e o espaço, de forma que os diferentes papéis desempenhados pelos sexos na esfera privada continuam sendo apropriados pela esfera pública, com vistas à dominação e exploração das mulheres, respondendo, pois, aos interesses

do capital. Entretanto, isto não significa dizer que as relações de gênero sejam determinadas por uma dada relação de produção, originando-se ou desaparecendo com determinado modo de produção, considerando-se que homens e mulheres sempre se relacionaram desde o princípio da humanidade e, as relações econômicas não foram desde sempre, iguais às que conhecemos hoje, como descreve Polanyi (2000). Também as experiências de produção não-capitalistas na modernidade não representaram o fim da opressão das mulheres.

Atuar no âmbito das relações de gênero exige apropriar-se das dinâmicas econômicas e culturais e suas conexões com tais relações. No que se refere às trabalhadoras rurais, torna-se necessário o entendimento das dimensões cotidianas, o cotidiano aqui compreendido como o espaço do homem e da mulher na sua completude, o espaço da alienação e da emancipação, onde é possível elaborar a consciência de si, a consciência de classe e a consciência de gênero na perspectiva crítica ou, ao contrário, manter-se alienado na ideologia dominante.

Entendo que os desafios postos à profissão neste campo, passam pela capacidade de não isolar, ‘enclausurar as trabalhadoras rurais na sua especificidade, nem diluí-las nas análises macro-estruturais’, há que se fazer as mediações.

Por fim, considero que as relações de gênero manifestam-se também no interior da profissão marcada pelos estigmas como a mesma foi representada na e pela sociedade, como “profissão de mulher”, talvez por isso, as relações de gênero e o estudo sobre o patriarcado só recentemente (últimas duas décadas do século XX) adentram a profissão pelas portas da frente, inclusive na formação profissional. Compreender esta temática requer uma incursão nos fundamentos teóricos metodológicos, ou seja, no diálogo com as teorias que embasam os fundamentos conceituais e interpretativos das relações de gênero, patriarcado, feminismo e capitalismo.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ARAÚJO, T.B. de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

ATLAS da questão agrária brasileira. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm>. acesso em: 05/10/2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural.** Brasília, 2003.

CARNEIRO, M. S. A expansão e os impactos da soja no Maranhão In: CARNEIRO, M. S. (coord.). **A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo de soja no Brasil.** Rio de Janeiro: FASE, 2008.

CHAYANOV, A. V. **La organización da la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1976.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Trabalho e indivíduo social.** São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, O. **Estado e capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação In: BULPORT-KARTCHEVSKY, A.; COMBES, D.; HAICAULT, M. et. al (Orgs.). **O sexo do trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, K. **O capital: o processo de reprodução do capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFBB, 2002.

MICHEL, A. **O feminismo: uma abordagem histórica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MONTAÑO, C. E. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 53, p. 102- 125, mar, 1997.

NASCIMENTO, S. M. V. **Saber e poder das trabalhadoras rurais no contexto da soja e sua ir(relevância) no desenvolvimento do Leste Maranhense: um estudo de caso na microrregião homogênea de Chapadinha.** Projeto de tese (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo de. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. In: OLIVEIRA, A; MARTINS, H. **Agricultura brasileira: tendências, perspectivas e correlação de forças sociais.** Brasília: Via Campesina, 2004. p.3-34.

_____, H. M. J. de. **Cultura política e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais.** São Paulo: Cortez, 2003.

PACHECO, M. E. L. Sistema de produção: uma perspectiva de gênero. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro: n. 71, p. 30-38, dez./fev. 1997.

PANZUTTI, N. da P. M. **Mulher rural: eminência oculta.** Campinas: Alínea, 2006.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, n. 28, 1987. Mimeografado.

PAULO NETO, J. Cinco notas a propósito da "questão social". **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, p.41-49, jan./jun. 2001.

PASTORINI, A. **A categoria "Questão Social" em debate.** São Paulo: Cortez, 2004.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

I PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Brasília: SPM, 2004.

ROSSINI, R. E. Mulher, família e meio ambiente: o trabalho da mulher na agricultura canavieira do Estado de São Paulo (Brasil). In: Lima, N. R. L. de B (Org.). **Mulher e meio ambiente.** Maceió: EDUFAL, 1994. p.15-40

SAFIOTTI, H.I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Brasília: SPM, 2008.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p-23-47.

SHIVA, V. Abrazar. **La vida:** mujer, ecología e supervivência. Uruguay: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da Floresta Amazônica:** entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

SOUZA FILHO, B. A produção de soja no Sul do Maranhão e seus impactos para segmentos camponeses da região In: _____. **Carajás:** desenvolvimento ou destruição? São Luís: CPT, 1995. (Relatório de Pesquisa).

Silvane Magali Vale Nascimento

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA,
E-mail: magalisilvane@bol.com.br

Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Avenida dos Portugueses, s/n, Bacanga,
CEP: 65.080.040, São Luís-MA.